_____

_____

REGISTO DE ENTRADA

N.º_____ PROC. N.º_____

DATA 200__/_____/_____

O FUNC.º _____

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Comunicação prévia de Obras de Demolição / Trabalhos de Remodelação de terrenos

(nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 6:º e no art.º 34.º e seguintes do Dl. N.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro - RJUE)

Ex.mo Sr. Presidente

(1) _____, estado civil _____, profissão _____, contribuinte fiscal n.º_____, portador do Bilhete de Identidade n.º _____ emitido em ____/____/_____ pelo Arquivo de Identificação de _____, com residência/sede n___ (2) _____, n.º _____,_____.º andar, na localidade de _____, (código postal) _____-_____, freguesia de _____, município de _____, telefone_____, fax _____, e-mail _____, na qualidade de (3) _____.

Vem requerer a V. Ex.ª a **Admissão da Comunicação Prévia** para a realização de

☐ Obra de demolição em área abrangida pelo ☐alvará de loteamento n.º _____ ☐ Plano de Pormenor que contenha as especificações referidas nas alíneas *c*), *d*) e *f*) do n.º 1 do artigo 91.º do D.L. n.º 380/99, de 22/09, na redacção conferida pelo D.L. 316/07, de 19/09

☐ Trabalhos de remodelação de terrenos, em área abrangida pelo alvará de loteamento n.º _____

☐ Com informação prévia favorável e válida, a que corresponde o processo n.º _____/_____, aprovada em _____/_____/____, emitida ao abrigo do n.º 2 do art.º 14.º do RJUE,

Que incide sobre o prédio prédio sito em _____ Freguesia de _____ deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____, da freguesia de _____ e inscrito na matriz predial ☐ rústica ☐ urbana sob o artigo n.º _____, que confronta a Norte com _____, a Sul com _____ _____, a Nascente com _____ _____ e a Poente com _____ _____.

☐ Existe alvará de Loteamento n.º _____/_____, e a operação urbanistica incide sobre o(s) lote(s) _____

- O prédio encontra-se abrangido por :

☐ PDM ☐ Em área com PU _____ ☐ Em àrea com PP _____

- Prazo pretendido para a execução dos trabalhos: _____ meses.

- Uso pretendido para o terreno após execução dos trabalhos: _____ _____

(1) Nome completo. (2) No largo, rua, etc. (3) Inutilizar, ou, se for caso disso, escrever "procurador", "mandatário", usufrutuário, locatário, comunicante a título prévio, etc.

Os dados recolhidos são processados automaticamente no interesse do titular e utilizados pela CMMG. Os interessados poderão aceder à informação que lhes diga respeito, solicitando a sua correcção,

Espaço reservado a informações e despachos dos serviços

Pede deferimento,

_____, ___ de _____ de 200 ___

requerente, _____

Conferi a assinatura pelo B.I. n.º _____ de ____/__/__

_____

Gestor do Procedimento:

_____

Contacto: 244 573 300

Horário: das 16H00 ás 17H30

e-mail: _____@cm-mgrande.pt

Atendimento ao público:_____

(Com marcação prévia)

Lista de documentos instrutórios

Para os devidos efeitos, anexa os seguintes documentos (assinalados com X), nos termos do previsto nos art.os 14.º e 17.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março:

1.Elementos comuns:

☐ Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito;

☐ Certidão da descrição de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao(s) prédio(s) abrangido(s);

☐ Fotografias a cores de diferentes ângulos de observação do local em que se insere a pretensão;

☐ Cópia dos documentos instrutórios em suporte digital, contendo a georeferenciação da implantação;

☐ Termo de responsabilidade do coordenador e dos autores dos projectos, acompanhados de documento comprovativo da sua inscrição em associação pública de natureza profissional, nos termos do art.º 10.º do RJUE;

☐ Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;

☐ Termos de responsabilidade do técnico de fiscalização de obra e pelo director da obra, acompanhados de documento comprovativo da sua inscrição em associação pública de natureza profissional

☐ Declaração de titularidade de alvará emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI, I. P.), com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P, pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia;

a) Comunicação prévia de obras de demolição:

Para além dos elementos mencionados no ponto 1:

☐ Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão, devendo a mesma descrever sumariamente o estado de conservação do imóvel com junção de elementos fotográficos , indicando os prazos em que se propõe iniciar e concluir a obra, as técnicas de demolição a utilizar, as quais são acompanhadas de peças escritas e desenhadas justificativas das mesmas, bem como o local de depósito dos entulhos;

☐ Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território (quando exista e estiver em vigor);

☐ Plantas à escala de 1:2000, ou superior, com a indicação precisa do local onde se situa a obra objecto do pedido de demolição, dos elementos e valores naturais e construídos, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, e, quando exista plano director municipal, plano de urbanização ou de pormenor, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantaçãoe das respectivas plantas de condicionantes e da planta de síntese da operação de loteamento, quando exista, com a indicação precisa do local;

b) Comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos:

Para além dos elementos mencionados no ponto 1:

☐ Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão;

☐ Estimativa do custo total dos trabalhos;

☐ Calendarização da execução dos trabalhos;

☐ Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador do projecto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;

☐ Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor;

☐ Projecto de execuçaõ dos trabalhos;

☐ Projectos de engenharia das especialidades necessários à execução dos trabalhos

☐ Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;

☐ Livro de obra, com menção do termo de abertura;

☐ Plano de segurança e saúde;